

AR
E.O.
R 2022

AS VEIAS ABERTAS

BOLSONARO GARANTE GARIMPO ILEGAL
NAS TERRAS INDÍGENAS E MANTÉM MDB NO
COMANDO DA MINERAÇÃO EMPRESARIAL



DE OLHO
NAS ELEIÇÕES



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil

DOSSIÊ BOLSONARO (IV)

CONTEÚDOS

DESTAQUES DO RELATÓRIO	3
APRESENTAÇÃO	4
1. DO RENASCIMENTO DO GARIMPO AO AFAGO ÀS MINERADORAS	5
Garimpeiros têm passe livre no Planalto	6
As canetadas de Bolsonaro	8
Terra de ninguém	11
Contaminação e violência na TI Munduruku	14
2. OS LOBBIES NO GT DA MINERAÇÃO	17
Novo relator defende garimpo em terras indígenas	20
Irmão de ex-relatora possui licença para barragem em MG	23
3. “MUDAR PARA CONTINUAR COMO ESTÁ”: O FATOR MDB	24
Quem manda na ANM?	27
4. CONCLUSÕES	28
REFERÊNCIAS	29

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho
Lorena Izá Pereira

Edição

Bruno Stankevicius Bassi
Lorena Izá Pereira
Luís Indriunas

Pesquisa e texto

Alceu Luís Castilho
Bernardo Fialho
Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini
Larissa Linder
Lorena Izá Pereira
Luciana Buainain Jacob
Luís Indriunas

Infografias

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça

Data de Publicação: Setembro, 2022



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luís Castilho, autor de “Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro”

(Contexto, 2012).

contato@deolhonosruralistas.com.br
www.deolhonosruralistas.com.br

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- Incentivado por Bolsonaro, o garimpo ilegal avança na Amazônia, principalmente nos territórios indígenas.
- O garimpo de ouro e estanho nas terras dos Munduruku, no Pará, aumentou 334% desde 2019; na TI Yanomami, no Amazonas e Roraima, o aumento foi de 328,6%.
- Ao longo do seu mandato, o presidente publicou pelo menos oito decretos que beneficiam pequenas e médias mineradoras e tentam facilitar o garimpo ilegal.
- No Congresso, parlamentares interessados na liberação da mineração em terras indígenas e na flexibilização do licenciamento ambiental formam o Grupo de Trabalho de Revisão do Código de Mineração (GT Minera).
- O GT é dominado pela Frente Parlamentar Mista da Mineração e pela Frente Parlamentar da Agropecuária – face institucional da bancada ruralista –, dois grupos alinhados ao projeto de Bolsonaro para o setor minerário.
- Líderes do GT Minera, como os deputados Joaquim Passarinho (PL-PA), Greyce Elias (Avante-MG) e Evair de Melo (PP-ES), concorrem à reeleição financiados por empresários do setor.
- Há 14 anos influenciando o Ministério de Minas e Energia, o MDB continua — sem a mesma mídia do Centrão — ocupando cargos relevantes na Agência Nacional de Mineração (ANM), a exemplo do que acontecia com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

APRESENTAÇÃO

Sob o governo de Jair Bolsonaro, a mineração e o garimpo ilegal avançam sobre áreas de preservação e territórios indígenas, com o apoio direto do presidente. Nostálgico dos tempos de Serra Pelada, o presidente assinou oito decretos que beneficiam pequenas e médias mineradoras, a construção civil e o garimpo ilegal, diminuindo trâmites e facilitando licenciamento e registro de lavras.

Paralelamente, deputados bolsonaristas dominam o debate legislativo defendendo mudanças no Código de Mineração. Elas preveem, entre outros pontos, a mineração em terras indígenas. Destacam-se nesse grupo o senador Zequinha Marinho (PL), candidato ao governo do Pará, e o deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA). Outros líderes do grupo são Greyce Elias (Avante-MG), com interesse particular na regulamentação de barragens, e Evair Vieira de Melo (PP-ES), que teve campanha financiada por empresários do setor de rochas ornamentais.

O relatório “As Veias Abertas”, o quarto da série Dossiê Bolsonaro, mostra ainda que, tentando dar uma imagem tecnicista à pasta de Minas e Energia, o presidente indicou dezenas de militares para cargos-chave, ao mesmo tempo em que manteve intacta a influência de catorze anos do MDB, principalmente na Agência Nacional de Mineração (ANM), com um caráter de alinhamento aos projetos das grandes mineradoras.

A influência do MDB na ANM ocorre desde o início do governo, muito antes da repercussão midiática do apoio do chamado Centrão. E apesar da promessa do presidente, durante a campanha de 2018, de que não negociaria cargos com partidos políticos para manter a governabilidade.

Nesse ambiente político, os povos indígenas são as principais vítimas. Os garimpos de estanho e ouro em terras Munduruku, no Pará, e Yanomami, no Amazonas e Roraima, ambos com um histórico de violência, tiveram suas áreas triplicadas.

1) DO RENASCIMENTO DO GARIMPO AO AFAGO ÀS MINERADORAS

“Eu tenho vontade de garimpar. Eu já garimpei também. Eu tinha um jogo de peneira, tinha uma bateia, sempre estava no meu carro e não podia ver um córrego que caía de boca lá”.

Jair Bolsonaro, em abril de 2020



Em 2020, o presidente Jair Bolsonaro recebeu o tenente-coronel Curió, que comandou o garimpo de Serra Pelada na década de 1980.

(Foto: Reprodução/Facebook)

A política minerária do presidente Jair Bolsonaro possui duas facetas muito marcantes. Em seu governo, os interesses de grandes mineradoras — que historicamente exercem grande influência sobre instituições e órgãos públicos — se viram diretamente representados em múltiplas escalas governamentais.

Um exemplo disso é a influência do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), principal organização empresarial do setor, que representa empresas como Vale, Kinross, Alcoa e Anglo American. Entre janeiro de 2019 e agosto de 2022, executivos do Ibram foram recebidos 26 vezes na Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia (MME), órgão responsável por conduzir estudos e propor ações para o desenvolvimento minerário em todo o território nacional. Isso representa, na prática, uma reunião a cada dois meses.

Enquanto a mineração industrial encontrava respaldo no governo Bolsonaro, o garimpo passou por uma verdadeira renascença. No Brasil, a atividade garimpeira tem sido responsável, há décadas, por induzir frentes de expansão das fronteiras

econômica e demográfica.¹ Ela se fez expressivamente presente na segunda metade do século XX, com importantes garimpos como Serra Pelada, no Pará — onde o pai de Bolsonaro foi garimpeiro. Na década de 1980, o garimpo fazia parte do cotidiano do debate público: não à toa, a atividade garimpeira está presente no Art. 174 da Constituição Federal de 1988, cujo parágrafo 3º afirma que o Estado “favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros”.²

Entre os anos 2000 e a eleição de Bolsonaro, em 2018, o garimpo viveu um período de relativo ostracismo. Embora nunca tenha deixado de existir, a atividade tornou-se menos expressiva no cenário nacional e na agenda política, sendo pautada ocasionalmente por políticos ligados ao lobby do setor, especialmente em estados como Pará, Roraima e Amazonas.

Segundo o geógrafo Luiz Jardim Wanderley, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), antes de Bolsonaro, a última figura representativa e influente do garimpo em escala nacional foi Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió.³ Além de comandar a repressão militar na Guerrilha do Araguaia (1966-1974) e de ser acusado pela Comissão Nacional da Verdade por diferentes crimes cometidos durante a ditadura (1964-1985), ele foi diretor do garimpo de Serra Pelada na década de 1980, sendo um dos fundadores de Curionópolis, município paraense que leva o nome em sua homenagem.⁴ Em 1986, eleito deputado federal pelo PMDB, Curió chegou a enviar uma carta a Bolsonaro com o desejo de “passar o bastão” ao capitão.⁵ Curió foi recebido por Bolsonaro em maio de 2020, encontro entre o passado e o futuro do garimpo no Brasil.⁶

Garimpeiros têm passe livre no Planalto

O Ministério de Minas e Energia protagonizou um movimento diferente da pasta ambiental durante o governo Bolsonaro. Nesta, os interesses corporativos foram promovidos por meio da “porta giratória” e da circulação de grandes empresas em órgãos do Ministério de Meio Ambiente (MMA), conforme evidenciou o dossiê Ambiente S/A⁷. Na pauta mineral, os interesses da base bolsonarista não foram garantidos substancialmente no controle das repartições públicas, mas sim por meio do ressurgimento do debate e da defesa da legalização do garimpo irregular, por meio de declarações e de encontros entre Bolsonaro e organizações que atuam ou são beneficiadas pelo setor.⁸ Um exemplo emblemático disso é a circulação de associações vinculadas ao garimpo em órgãos e instituições públicas como a ANM e a SGM, incentivada por parlamentares como Joaquim Passarinho e Greyce Elias.⁹

O acesso ao governo não necessariamente passa pela estrutura do MME: ele também ocorre em encontros com o presidente da República e seus aliados. Em 2018, ainda durante a campanha eleitoral, um dos filhos de Bolsonaro foi ao Pará exclusivamente para encontrar os líderes da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp). Após Bolsonaro chegar ao poder, o grupo manteve uma agenda contínua de visitas ao Planalto, buscando reativar a mineração no local.¹⁰

Dois anos depois, em outubro de 2021, Bolsonaro se tornou o primeiro presidente a visitar uma área de garimpo ilegal, localizada dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.¹¹ Ali, perante dezenas de garimpeiros, ele defendeu a aprovação no Congresso do Projeto de Lei (PL) nº 191/2020, de autoria do Poder Executivo, que estabelece condições específicas para a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas.¹²

Ator importante no lobby pela legalização do garimpo, a Associação Nacional do Ouro (Anoro) foi recebida pelo vice-presidente Hamilton Mourão e pelos ex-ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles; além de circular em reuniões no MME.¹³ Representada pelo fundador da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), o ex-garimpeiro José Altino Machado, a Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot) foi outra organização com livre acesso à alta cúpula do governo, sendo recebida por Lorenzoni e Mourão.¹⁴ Juntas, as duas associações vêm pressionando pela aprovação da mineração e do garimpo em terras indígenas, contando com o apoio expresso do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e com a ação de bastidores de lobistas ligados à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), ao Instituto do Desenvolvimento da Mineração (IDM Brasil) e à Associação Brasileira de Metais Preciosos (Abramp).¹⁵

Posicionam-se contrários ao PL a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Mobilização Nacional Indígena, entre outras organizações de diferentes povos indígenas do Brasil.¹⁶

As canetadas de Bolsonaro



Governo Bolsonaro emitiu decretos flexibilizando normas para o setor minerário.

(Foto: Reprodução/Brasil Minerário)

“Por mim eu abro o garimpo”, disse Bolsonaro a apoiadores em abril de 2020. De fato, o presidente, durante seu mandato, fez o que esteve ao seu alcance para atender aos interesses das mineradoras, garimpeiros e suas associações.¹⁷ Enquanto projetos de lei como o novo Código de Mineração e o PL 191/2020 avançam no Congresso, o presidente se utilizou com frequência de decretos para encurtar o caminho legal e possibilitar a flexibilização das normas e atos administrativos que regulam a exploração, de modo a acelerar a mineração em território nacional de forma indiscriminada.

Os decretos nº 10.389, de 5 de junho de 2020, e nº 10.687, de 26 de abril de 2021, por exemplo, agilizaram o processo de oferta de áreas para pesquisa ou lavra de minerais usados na construção civil, como areia, brita, argila, cascalho e gesso. Isso foi possível pela incorporação desta ação no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que trata do incentivo a privatizações e concessões à iniciativa privada do governo federal. Autorizada pelos decretos, a ANM ofertou quase 16.500 áreas através de leilões públicos no biênio 2020/2021.¹⁸

A Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos, batizada de Pró-Minerais Estratégicos, foi inserida no PPI através do decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021. Essa manobra teve o objetivo de “destravar” licenciamentos ambientais e dar mais agilidade na implantação de novos projetos considerados estratégicos, como aqueles envolvendo fosfato, potássio, lítio, níquel, urânio e terras raras. Para o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pelo menos dois

grandes projetos de mineração previstos para serem implantados no Rio Grande do Sul se beneficiaram diretamente do ato.¹⁹

Um deles, o projeto Três Estradas, da empresa Águia Metais, associada à mineradora australiana Águia Resources Limited, prevê a extração de fosfato a céu aberto em Lavras do Sul (RS), por meio de perfuração e detonação. O projeto Retiro, da empresa Rio Grande Mineração, quer extrair titânio e zircônio em São José do Norte (RS). A Rio Grande participou em 7 de julho de 2022 de uma reunião com Pedro Paulo Dias Mesquita, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, juntamente com outros servidores do MME e empresas do setor. Segundo a agenda oficial do secretário, o tema da reunião foi o “conhecimento geológico” no âmbito do Plano Nacional de Mineração (PNM) 2050.²⁰

Outros dois decretos presidenciais recentes deixam clara a intenção de Bolsonaro de se utilizar deste mecanismo para impor regras infralegais que favorecem, sobretudo, o garimpo ilegal. O decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022, prevê que a ANM estabeleça “critérios simplificados para análise de atos processuais e procedimentos de outorga, principalmente no caso de empreendimentos de pequeno porte ou de aproveitamento das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978”. Os beneficiários diretos, segundo artigo do Observatório da Mineração, são o garimpo e a indústria de construção civil, que se utiliza de minerais como argilas, cascalhos, brita, calcário, cálcio e rochas ornamentais. Entre outras ações, o decreto também facilita o aproveitamento e a comercialização dos rejeitos de minério e o uso de substâncias encontradas durante o processamento, antiga demanda do setor mineral.²¹

Já o decreto nº 10.966/2022, que determina o estímulo à “mineração artesanal” na Amazônia Legal, representa um ataque direto ao ambiente e deve aprofundar as condições análogas à escravidão vivenciadas por garimpeiros na região. De acordo com Isabel Cristina, integrante da coordenação nacional do MAM e membro do Coletivo Baixo Amazonas/Tapajós, o real objetivo da norma é oficializar a exploração do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade, que vêem o garimpo como única alternativa para sobrevivência. “O decreto atende apenas os interesses do atual governo e, em particular, dos empresários que estão financiando o garimpo ilegal na região amazônica”, afirmou, em entrevista ao Brasil de Fato.²²

No conjunto de normativas que flexibilizam a regulação da exploração mineral, merece destaque o decreto nº 11.120, de 5 de julho de 2022, que libera a exportação e a importação de lítio e de seus derivados, sem autorização prévia. Antes da determinação, o comércio exterior do minério dependia da aprovação de órgãos do Estado, como a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Segundo o próprio governo, a flexibilização “alimenta o desenvolvimento do setor mineral brasileiro e impulsiona o avanço tecnológico no país”.²³

Finalmente, o decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, é uma encomenda entregue pela cúpula do governo federal às grandes mineradoras.²⁴ Ele flexibilizou e reduziu a proteção de todas as cavernas do país, incluindo as de máxima relevância — isto é, as de maior valor ecológico. O texto autoriza intervenções em qualquer tipo de caverna para obras e empreendimentos considerados de utilidade pública, de modo a favorecer as grandes mineradoras, que sempre viram nessas áreas um empecilho para a expansão das frentes de lavra na mineração.²⁵

Além das canetadas por decreto, uma série de medidas administrativas foi tomada pelo governo federal para acelerar a mineração em território nacional e incorporar o setor ao sistema financeiro nacional. O “Plano Lavra”, efetivado pelo governo federal, se baseia na implementação da “guilhotina regulatória”, ou seja, de medidas de revogação, supressão e reedição de legislações e atos normativos considerados barreiras, alterando desde procedimentos de concessões de licenças e autorizações até a legislação ambiental em si.²⁶ Antes mesmo de anunciar o plano, a ANM publicou a resolução nº 22/2020, que implementou a “licença tácita”, aprovando automaticamente licenças e outras autorizações, como alvará de pesquisa mineral e oneração de direito minerário, ao fim do prazo estipulado, mesmo sem a devida análise da agência.²⁷

Terra de ninguém



Bolsonaro visita garimpo ilegal em Terra Indígena em Roraima

(Foto: Poder360)

“O interesse na Amazônia não é no índio, nem na porra da árvore, é no minério”. A famosa declaração de Bolsonaro sobre a exploração mineral na Amazônia expressou claramente o apoio de seu governo ao garimpo — muitas vezes ilegal e predatório —, supostamente em detrimento da mineração industrial. Conforme veremos nos capítulos seguintes, as grandes mineradoras não perderam espaço algum durante seu governo; pelo contrário, foram beneficiadas e fortalecidas por Bolsonaro, ainda que ele tenha criticado empresas como a Vale por “abocanhar” o mercado.²⁸

Entretanto, é notório o incentivo dado pelo “presidente-garimpeiro” à prática de pequenas empresas e cooperativas, pelo discurso — que deflagrou a sensação de “vale tudo” na Amazônia Legal — e por atos administrativos e flexibilizações procedimentais. Os resultados foram rápidos e robustos, principalmente quando se trata do garimpo realizado em terras indígenas.

AUMENTO DE GARIMPO EM TERRA INDÍGENA (2018-2022)



Fonte: Mapbiomas coleção 7 (2022)

ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

Dados do MapBiomas compilados pelo De Olho nos Ruralistas apontam um aumento de 334% na área de mineração destinada ao garimpo de ouro e estanho nas terras dos Munduruku, no sudoeste do Pará, durante o governo Bolsonaro. Se destacarmos, desse dado, a área destinada somente ao estanho, há um aumento exorbitante de 4.215,5%. Em 2018, o garimpo deste minério ocupava uma área de 53,6 hectares, passando a 2.314 hectares em 2021. No mesmo período, a Terra Indígena (TI) Apyterwa, em São Félix do Xingu (PA), apresentou um aumento de 475,9% na área garimpada por ouro. O garimpo na TI Yanomami, na divisa entre Amazonas e Roraima, teve aumento de 328,6%.²⁹

Pará e Roraima foram os estados onde o garimpo em escala não-industrial mais avançou durante o governo de Jair Bolsonaro. A área em Roraima, que era de 462,5 hectares em 2018, passou a 1.657,9 hectares em 2021; um aumento de 258,5%. Estão nesse território boa parte dos 20 mil garimpeiros que os Yanomami estimam haver em seu território, minerando ouro e cassiterita.³⁰ A comprovação da invasão é feita explicitamente, e sem punição, pelos próprios garimpeiros. Durante três anos, eles próprios filmaram e divulgaram no canal “Fabio Garimpo Junio”, no YouTube, cerca de 120 vídeos mostrando-os à vontade diante das câmeras, seja explorando a terra indígena, seja fugindo da polícia. Eles discursam em defesa do garimpo e criticam a repressão à atividade garimpeira no estado.³¹

Área (ha) de garimpo nos estados da Amazônia Legal

ESTADO	2018	2019	2020	2021	AUMENTO
RR	462,5	771,3	1.014,6	1.657,9	258,5%
PA	82.143,4	91.509,6	100.308,4	113.777,5	38,5%
MA	2.613,7	2.884,7	3.099,8	3.101,0	18,6%
AM	2.709,2	2.756,6	2.877,4	3.078,2	13,6%
MT	55.613,4	57.484,7	58.795,1	59.624,8	7,2%
RO	8.822,0	9.081,5	9.299,9	9.205,7	4,3%
AP	1.055,2	1.065,4	1.065,8	1.062,8	0,7%
TO	44,0	44,1	44,1	44,2	0,6%

Fonte: Mapbiomas coleção 7 (2022)

ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

Em outubro de 2021, ano em que as invasões explodiram em Roraima, Bolsonaro esteve na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde, segundo o Conselho Indígena de Roraima (CIR), 4 mil garimpeiros atuam ilegalmente.³² Na ocasião, o presidente voltou a defender a exploração mineral nesses territórios.³³

O apoio vem também do governo estadual. O governador roraimense Antonio Denarium (Progressistas), que concorre à reeleição este ano, sancionou em julho de 2022 uma lei que protege o patrimônio de garimpeiros ilegais, proibindo a destruição das máquinas apreendidas. Considerada inconstitucional, a lei foi comemorada por garimpeiros e produtores rurais, que levaram trio elétrico e faixas para a sede do governo.³⁴

Em números absolutos, atualmente o Pará é o estado brasileiro com maior área destinada ao garimpo — 113.777,5 hectares, equivalente a toda a área urbana de Belém. Em 2018 a área de garimpo era de 82.143,4 hectares, perfazendo um aumento de 38,5% sob Bolsonaro. A Figura 2 mostra que Maranhão e Amazonas também tiveram aumento significativo de garimpo não-industrial em seu território de 2018 a 2021, com 18,6% e 13,6%, respectivamente.

Contaminação e violência na TI Munduruku

O aumento de 334% na área ocupada pelo garimpo ilegal na TI Munduruku, no Pará, tem provocado uma série de problemas para a etnia, como a contaminação de rios, peixes e pessoas por mercúrio e o aumento da violência.

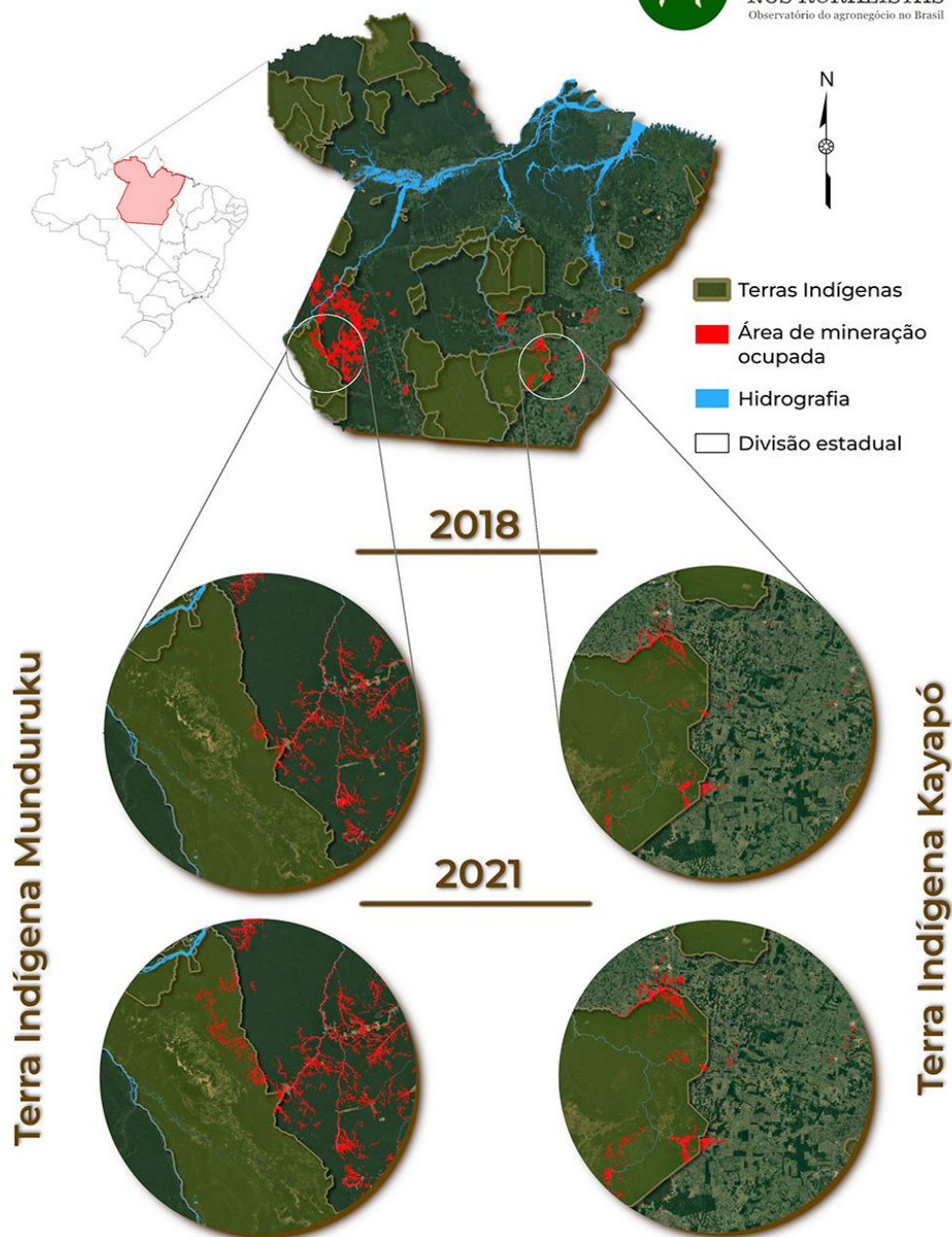
Um estudo publicado em 2021 por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a ONG WWF-Brasil, mostrou que, de cada dez indígenas participantes, seis apresentavam níveis de mercúrio acima de limites seguros.³⁵ Entre as consequências da contaminação pelo metal estão a malformação em bebês, doenças neurológicas, problemas de visão e audição e problemas de neurodesenvolvimento — este último afetando 15,8% das crianças do território. Os índices são maiores nas aldeias que ficam às margens dos rios afetados diretamente pelo garimpo: nesses locais, nove em cada dez participantes registraram alto nível de contaminação. Uma das aldeias mais atingidas é a Sawré Muybu, no oeste do Pará.³⁶

O estudo abrangeu três aldeias na região do Médio-Tapajós, com 200 participantes. Toda a população Munduruku é estimada em aproximadamente 12 mil pessoas, concentradas principalmente no Alto Tapajós, onde a atividade de mineração ilegal mais intensa está concentrada. É possível, portanto, que os achados não cheguem a revelar toda a dimensão dos danos causados pelo mercúrio aos mundurukus. Conforme dados do Observatório do Mercúrio, a substância chega às lavras contrabandeadas de países vizinhos e é usada para separar o ouro de outros sedimentos, sendo depois descartada no solo, na água e no ar. Em contato com microorganismos terrestres e aquáticos se transforma no metilmercúrio, 100 vezes mais tóxico que o mercúrio em metal.³⁷

Os danos ambientais e sociais causados pela extração ilegal de um quilo de ouro na Amazônia podem custar até R\$ 2 milhões — o que equivale a quase quatro vezes o valor de mercado do mineral, segundo a Calculadora de Impactos do Garimpo Ilegal de Ouro, desenvolvida pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela ONG Conservation Strategy.³⁸



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil



Fonte: MapBiomas Coleção 7 (2022). Funai (2021)

Elaboração: De Olho nos Ruralistas

Além de afetar a fauna e flora e a saúde das pessoas, o garimpo ilegal leva ao aumento da violência nos territórios. Em maio de 2021, garimpeiros armados atacaram uma aldeia e queimaram a casa de Maria Leusa Kaba, líder Munduruku contrária à mineração e ao garimpo. Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), outras ameaças se seguiram ao ataque, que ocorreu em represália a uma operação de fiscalização e combate ao garimpo ilegal. Alessandra Korap Munduruku, ativista em defesa dos direitos indígenas e pela preservação ambiental, teve sua casa atacada duas vezes, uma em 2019 e

outra em 2021. Nesse mesmo ano, um ônibus que iria buscar uma comitiva Munduruku em Jacareacanga para levar a Brasília foi atacado, teve seus pneus furados e o motorista foi ameaçado: se não saísse da cidade, o veículo seria queimado.³⁹

Segundo Renan Sotto Mayor, defensor público da União, a postura do presidente promove o aumento da tensão na Amazônia nos últimos anos: "Esse tipo de posicionamento do chefe do Executivo reflete no território e gera tensão, porque as pessoas passam a acreditar na liberação [do garimpo em áreas de proteção].", advertiu, em entrevista ao portal UOL.⁴⁰ "Mas garimpo em terra indígena é crime ambiental e de usurpação".

Cronologia da devastação: o garimpo na TI Munduruku

09/09/2019 – Garimpeiros ilegais interditam trecho da BR-163, em Itaituba, cobrando a legalização da atividade na região.

17/09/2019 – Governo e representantes do setor de mineração defendem, em audiência pública na Câmara, a viabilidade do "garimpo sustentável" na Amazônia.

05/08/2020 – Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, visita Jacareacanga para acompanhar operação contra a extração ilegal de ouro da TI Munduruku e se reúne com manifestantes pró-garimpo.

06/08/2020 – PF deflagra Operação Bezerro de Ouro, para desarticular grupo que atuava na extração ilícita de ouro na TI Munduruku.

17/03/2021 – MPF pede atuação de forças federais para conter o avanço de garimpeiros na região do Igarapé Baunilha, em Jacareacanga.

25/03/2021 – Indígenas pró-garimpo destroem sedes de quatro associações do próprio povo em Jacareacanga.

26/05/2021 – As casas da líder Leusa Kaba Munduruku e de sua mãe, a cacica Isaura Muo Munduruku, são incendiadas na aldeia Fazenda Tapajós após operação da PF.

11/06/2021 - Ônibus que levaria comitiva Munduruku a Brasília para participar do Acampamento Terra Livre é atacado.

20/09/2021 – A 1ª Vara Federal Cível e Criminal de Santarém torna réu o presidente da Funai, Marcelo Xavier, em processo em que o MPF o acusa de improbidade administrativa por desobedecer decisões de acordo judicial para demarcação da TI Munduruku.

13/11/2021 – A líder indígena Alessandra Korap Munduruku sofre novo ataque, tendo sua casa invadida e furtada.

2) OS LOBBIES NO GT DA MINERAÇÃO

“É um pedido do presidente Bolsonaro e do presidente da Câmara Arthur Lira que nosso trabalho seja pensado para o micro, pequeno e médio minerador. (...) Para dar segurança jurídica e previsibilidade a todo setor da mineração”.

Evandro Roman, coordenador do GT de revisão do Código de Mineração



Grupo de Trabalho que discute revisão de normas para o setor minerário é alvo de pressão de grandes empresas.

(Foto: Mariana Ramos/Câmara dos Deputados)

Diante da ofensiva da exploração mineral em todo o território nacional, a abertura no Congresso de um Grupo de Trabalho (GT) para a revisão do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967) tornou-se um dos principais instrumentos de aliança entre o lobby do setor minerário — tanto da mineração industrial quanto do garimpo — e os interesses dos parlamentares que compõem o grupo.

Instituído em 16 de junho de 2021, por ato do presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), o GT Minera já surgiu envolto em polêmica. Uma semana antes de fundar o grupo — que possui, entre suas atribuições, a de discutir o PL nº 191/2020 — Lira havia prometido a líderes indígenas e parlamentares da oposição que não pautaria projetos anti-indígenas na Câmara.⁴¹ Mesmo assim, o aliado de Bolsonaro instituiu o GT e, logo depois, enviou o PL nº 490/2007, que dificulta a demarcação de terras indígenas, para apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.⁴²

É neste contexto de conflitos de interesse que o Grupo de Trabalho para a revisão do Código de Mineração foi fundado, sendo composto pelos seguintes parlamentares: Roman (Patriota-PR), coordenador; Greyce Elias (Avante-MG), relatora-geral; Joaquim Passarinho (PL/PL), Da Vitória (Cidadania-ES), Evair Vieira de Melo (PP-ES), Ricardo Izar (PP-SP), Nereu Crispim (PSL-RS), Zé Silva (Solidariedade-MG) e Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), sub-relatores; e os parlamentares Caroline de Toni (PL-SC), Delegado Pablo (PSL-AM), João Carlos Bacelar (PL-BA), Leandre (PV-PR), Airton Faleiro (PT-PA), Felipe Rigoni (PSB-ES) e Odair Cunha (PT-MG) como demais membros.

Dos 15 membros do GT Minera, nove compunham a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), sendo três deles diretores da instituição: o vice-presidente Evair Vieira de Melo e os coordenadores Zé Silva e Greyce Elias.⁴³ Além de integrar a bancada ruralista, os deputados do GT possuíam ligações claras com o setor minerário: onze eram da Frente Parlamentar Mista da Mineração e seis estavam inseridos na Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Carvão Mineral.

De 9 de setembro até 15 de dezembro de 2021 foram realizadas dezessete atividades no âmbito do Grupo de Trabalho: dez audiências públicas, cinco reuniões deliberativas extraordinárias e uma “visita técnica” aos municípios de Castelo e de Cachoeira do Itapemirim, ambos no Espírito Santo. A viagem foi acompanhada de uma mesa redonda na sede da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), que teve como tema a “Exploração de Rochas Ornamentais”. Nem a visita técnica nem a mesa redonda estavam previstas no Plano de Trabalho do GT, encaminhado pela relatora Greyce Elias.⁴⁴

O Plano de Trabalho do grupo foi organizado em sub-relatorias independentes e paralelas de acordo com áreas temáticas: minerais metálicos (Joaquim Passarinho), leilões de áreas (Da Vitória), rochas ornamentais (Evair Vieira de Melo), minerais não-metálicos (Ricardo Izar), agregados da construção civil (Nereu Crispim), barragens de rejeito e lavra garimpeira. As duas últimas não tiveram sub-relatores divulgados. O objetivo da revisão do Código de Mineração é promover o setor para que este alcance até 10% do PIB brasileiro, como assumiu o coordenador do GT, deputado Evandro Roman (Patriota-PR) — atendendo, assim, aos pedidos de Bolsonaro e Arthur Lira.⁴⁵

Ao final, foram publicados sete relatórios parciais, cinco de subcomissões e dois de membros do GT. Também foram construídos dois relatórios finais e mais um relatório de voto em separado, do petista Airton Faleiro. O GT Minera divulgou em sua página oficial os documentos recebidos, encaminhados pela Superintendência de Mineração do Estado de Goiás, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig).⁴⁶

O relatório final apresentado na Câmara em 1º de dezembro de 2021 classificava o aproveitamento dos recursos minerais como atividade de “utilidade pública” e de “interesse nacional essencial à vida humana”, excluindo a expressão

“interesse social”. As propostas flexibilizavam os processos de licenciamento ambiental e abriam a possibilidade de aprovação automática de processos parados por mais de doze meses na ANM, sem a necessidade de outro tipo de análise. Isso significa mais de 90.000 processos.⁴⁷

A proposta foi “emperrada” por discordâncias entre os membros do GT Minera. Segundo a relatora-geral, Greyce Elias, cada membro estaria defendendo seus próprios interesses.⁴⁸ Ela se esqueceu de mencionar os interesses de sua família, uma vez que o seu marido Pablo César de Souza, ex-vereador em Belo Horizonte, possuía uma mineradora registrada em seu nome.⁴⁹ Greyce Elias é próxima do ex-deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), relator do projeto anterior de revisão do Código de Mineração, de 2015, cujo substitutivo foi criado em um computador do escritório de advocacia Pinheiro Neto, representante de mineradoras como a Vale e BHP Billiton.⁵⁰ Em 2013, o político admitiu defender a ação das empresas de mineração, financiadoras de suas campanhas.⁵¹

Foi nesse contexto que, em 22 de junho de 2022, Arthur Lira instituiu um novo Grupo de Trabalho, composto pelos seguintes parlamentares: Filipe Barros (PL-PR), coordenador; Joaquim Passarinho (PL-PA), relator; Greyce Elias (Avante-MG), Evair de Melo (PP-ES), Caroline de Toni (PL-SC), Zé Silva (Solidariedade-MG), Airton Faleiro (PT-PA), Odair Cunha (PT-MG), João Roma (PL-BA), Neucimar Fraga (PP-ES), Felipe Rigoni (União-ES), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Paulo Gamini (Novo-SP), Vermelho (PL-MG) e Pinheirinho (PP-MG) como membros.

Sete desses deputados pertencem à Frente Parlamentar Mista da Mineração, sete à Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Carvão Mineral e dez compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária. Seis deles possuem cargos na atual diretoria ruralista. Assim, uma das diferenças substanciais em relação ao grupo formado em 2021 está no aumento da FPA e na redução de membros das duas outras frentes, o que impacta diretamente na discussão de temas relacionados a direitos territoriais indígenas.

Até o momento ocorreu apenas uma reunião, em 13 de julho de 2022. O Plano de Trabalho assinado pelo relator-geral Joaquim Passarinho é distinto daquele apresentado por Greyce Elias em 2021. Passarinho reduz drasticamente órgãos e organizações que podem ser consultados durante o trabalho, inserindo apenas: MME e MMA; ANM; Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig); Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Associação Nacional do Ouro (Anoro) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Com isso, a participação da sociedade civil foi reduzida pela metade: de 22 para 11 assentos. Organizações como o MAM e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram excluídas de um plano de trabalho para o outro.

Outra diferença é a redução de audiências públicas em escala federal e a inserção de mesas redondas nas unidades da federação, diminuindo os espaços de debate. Também não há no plano as sub-relatorias por temas.

Novo relator defende garimpo em terras indígenas



Bolsonarista-raiz, Joaquim Passarinho foi designado relator do novo GT Minera.

(Foto: Reprodução/Facebook)

Alguns nomes do novo Grupo de Trabalho são velhos conhecidos no cenário nacional, especialmente no que tange às pautas relacionadas à mineração — além do agronegócio e do desmonte de políticas ambientais.

Entre os parlamentares que atuam na articulação do lobby do garimpo, os mais expressivos são o deputado federal Joaquim Passarinho, hoje relator do GT, e o senador Zequinha Marinho. Passarinho defende a legalização da atividade garimpeira (para evitar que a mesma seja considerada ilegal) e a oferta de áreas públicas aos garimpeiros onde o impacto ambiental seja menor.⁵² Ele também é um interlocutor frequente de políticos locais, como o vereador de Itaituba (PA) Wesley Tomaz (MDB), considerado o “vereador dos garimpeiros” e com acesso livre à alta cúpula do governo federal.⁵³ Segundo o documento Quem é quem nas discussões do novo Código de Mineração, cerca de 30% do total arrecadado pelo político em doações de campanha em 2014 foram provenientes de empresas ligadas à mineração.⁵⁴

Embora não atue diretamente no GT Minera, que inclui apenas membros da Câmara, Zequinha Marinho — candidato do PL ao governo paraense — é reconhecido no Congresso como principal interlocutor do garimpo em terras indígenas. Um de seus principais alvos é a TI Ituna Itatá, caracterizada pela presença de indígenas isolados e recordista em desmatamento em 2019. Em plenário, em setembro daquele ano, Zequinha Marinho negou a existência de isolados no território.⁵⁵ O relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo CIMi, destaca a interlocução de Marinho com a Funai que, atendendo à pressão do senador, agendou uma expedição para “localização, confirmação da presença e efetivação de contato forçado com os povos indígenas isolados na TI Ituna/Itatá”.⁵⁶ Joaquim Passarinho e Zequinha Marinho são do mesmo partido de Bolsonaro e estão por trás do lobby pelo garimpo ilegal de ouro nas terras dos Munduruku.⁵⁷

Um setor que tem apresentado mobilidade importante no governo Bolsonaro é vinculado à mineração de rochas ornamentais e construção civil. O Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Espírito Santo (Sindirochas-ES), o Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (Centrorochas) e a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) estão entre as organizações recebidas pelo Ministério de Minas e Energia. Neste segmento, destaca-se o papel do Espírito Santo, estado responsável por 84% das exportações de rochas ornamentais do Brasil.⁵⁸

O principal articulador do setor no governo Bolsonaro é o deputado ruralista Evair Vieira de Melo, que chama a atenção pela interlocução com o setor minerário. Nas redes sociais, Evair Vieira de Melo homenageia empresários e é elogiado por empresas como a CS3 Mármore e Granitos do Brasil, de Castelo (ES), por ajudar no crédito para seus equipamentos.⁵⁹ Candidato à reeleição, o deputado bolsonarista, que costuma receber doações do agronegócio, obteve R\$ 30 mil de Gustavo Probst, um dos diretores da Cores Mármore e Granito, exportadora de rochas ornamentais.⁶⁰ Em 2014, quando as empresas ainda podiam doar, Melo recebeu R\$ 50 mil em doações da ArcelorMittal, multinacional do aço com sede em Luxemburgo e plantas em sete estados brasileiros, entre eles, Espírito Santo.⁶¹

Em Minas Gerais, o bolsonarismo conta com Greyce Elias para a revisão do Código de Mineração. Logo que iniciou seu mandato, ela atuou junto à ANM, promovendo audiências, reclamando da falta de estrutura em visitas às instalações da agência e solicitando informações sobre o trabalho dos servidores.⁶² A deputada defende a fusão da ANM com o Serviço Geológico do Brasil (antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), empresa pública responsável por gerar e disseminar conhecimento geocientífico. Seu objetivo era aumentar os quadros da ANM para acelerar as autorizações de lavra.⁶³

O interesse pela ANM não é novo para Greyce. Seu marido Pablo Cesar de Souza foi indicado por Aécio Neves (PSDB-MG) para ocupar a superintendência de Minas Gerais, em 2017, ainda no governo Temer, enquanto Aécio era senador.⁶⁴ Sua

nomeação provocou o pedido de demissão de 21 servidores, que a consideraram “temerária ou, no mínimo, desconfortante” pela falta de conhecimento técnico do marido da deputada, que havia perdido a eleição para vereador de Belo Horizonte pelo PSDB no ano anterior.⁶⁵ Hoje quem comanda a ANM de Minas Gerais é Leandro César Ferreira de Carvalho, um funcionário de carreira alinhado com o bolsonarismo.

Mas Pablo não perdeu prestígio no governo Bolsonaro: em junho de 2019, ele foi nomeado assessor da presidência do Senado, então ocupada por David Alcolumbre (União-AP). Sob o comando de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o marido de Greyce Elias continua no cargo e, neste ano, doou R\$ 20 mil para a campanha de sua mulher à reeleição.⁶⁶

Irmão de ex-relatora possui licença para barragem em MG



Greyce Elias ao lado de Bolsonaro: líder de lobby da mineração é irmã de empresário do setor.

(Foto: Reprodução/Facebook)

A deputada mineira também está bastante presente nas discussões das barragens. Maior doador da campanha da parlamentar à reeleição em 2022 (com exceção dela mesma), Frederico Elias, irmão de Greyce, presidiu a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio e é proprietário da PCH Dourados Usina

Ltda, com licença de operação para barragem no Rio Dourados, no município de Abadia dos Dourados (MG). Ao lado de Frederico de Queiroz Elias e Nikolas de Queiroz Elias, seus dois irmãos, Greyce ainda é sócia do Recanto das Cerejeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda, onde dividem o controle da empresa com os empresários Paulo e Baltazar Moreira Alves, proprietários da Sevimol, uma das maiores distribuidoras de ferro e aço do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Noroeste do estado.

Em 2018, ela também recebeu doações do setor minerário, captando R\$ 10 mil de Tales Pena Machado, vice-presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Espírito Santo (SindiRocha) e dono da exportadora de rochas ornamentais Magban.

A deputada catarinense Caroline De Toni (PL-SC), candidata à reeleição, também recebeu doações de empresários ligados à mineração. José Antônio Tessari, proprietário da Rotesma, indústria de pré-fabricados de concreto, investiu R\$ 30 mil na campanha da bolsonarista — o triplo do valor que doara em 2018.⁶⁷

3) “MUDAR PARA CONTINUAR COMO ESTÁ”: O FATOR MDB



MDB de Michel Temer manteve influência sobre MME durante governo Bolsonaro.

(Foto: Marcos Corrêa/PR)

Há catorze anos o MDB está presente no Ministério de Minas e Energia, mais especificamente na estrutura da mineração. Essa influência se manteve praticamente a mesma desde os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do PT, passando por Michel Temer. Embora Jair Bolsonaro tenha indicado um ministro militar, não mexeu na distribuição de poderes dentro da pasta.

Desde o início de 2019, o MME se manteve sob o comando do almirante da Marinha Bento Albuquerque, que ganhou destaque pelos supersalários: em dois meses, ele chegou a receber R\$ 1 milhão em rendimentos.⁶⁸ Em maio de 2022, o militar reformado foi exonerado para a entrada do economista Adolfo Sachsida, um assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes, preocupado com a necessidade eleitoral de diminuir o preço da gasolina.

Sob o comando de Bento Albuquerque, a área de mineração buscou imprimir um caráter tecnicista às nomeações, mas não deixou de indicar pessoas ligadas ao mercado privado, prática comum aos seus antecessores.⁶⁹ No seu período à frente

do MME, os militares fizeram lobby para que a canadense Belo Sun conseguisse avançar no licenciamento de uma grande mina de ouro a céu aberto na Amazônia.⁷⁰ O almirante mexeu pouco na base da estrutura da ANM dominada pelo MDB desde quando era Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A influência do partido na mineração começou com Edison Lobão, ex-governador do Maranhão e ministro da pasta entre 2008 e 2010, no governo Lula, e entre 2011 e 2014, com Dilma Rousseff. Antes, sob Fernando Henrique Cardoso, a pasta sofria a influência do antigo PFL. Hoje ministro do Tribunal de Contas da União, o ex-senador pernambucano José Jorge de Vasconcelos Lima, foi um dos ocupantes da pasta com FHC. Edison Lobão era filiado ao PFL nesta época.

Sob a regência do ex-presidente Michel Temer (MDB-SP), foi criada a Agência Nacional de Mineração, a substituta do DNPM. Ela foi uma das principais bandeiras de Lobão, empresário do ramo da mineração. Desde seu primeiro mandato como ministro de Minas e Energia, em 2008, Lobão já defendia a criação de uma agência reguladora para o setor. Em 2013, o então ministro emplacou o Marco Regulatório da Mineração, prevendo a extinção do antigo departamento. Em reportagem veiculada pela Agência Pública foram contabilizadas dezessete indicações, entre elas treze efetivadas pelo PMDB — quando o partido ainda não tinha excluído o P inicial.⁷¹

A ANM foi criada em 2017 por meio de Medida Provisória, convertida em lei no mesmo ano após Temer assumir a presidência. A primeira diretoria foi empossada no apagar das luzes do governo Temer, em novembro de 2018, pelas mãos do então ministro de Minas e Energia, Moreira Franco (MDB-RJ). O histórico das antigas e recentes nomeações da diretoria confirma a consolidação do partido.

Nomeado para substituir Victor Hugo Froner Bicca na diretoria-geral da ANM, cujo mandato se extingue em dezembro de 2022, o maranhense Mauro Henrique Moreira Sousa é advogado da União e Consultor Jurídico do MME desde a primeira gestão de seu conterrâneo Edison Lobão, em 2009. Dessa vez, o aspirante a diretor-geral da autarquia teve sua indicação relatada por Chico Rodrigues (União-RR), ex-líder do governo no Senado, fazendeiro, réu por invasão de terras públicas e conhecido nacionalmente por tentar esconder dinheiro na cueca durante operação da Polícia Federal que investigava desvios de verbas direcionadas à compra de testes rápidos para Covid.⁷² O senador é defensor do que chama de “garimpo artesanal”, e da imposição de limites à atuação de fiscais ambientais na abordagem aos garimpeiros.

Moreira Sousa não é uma cara nova na ANM. Em 2010, quando o então departamento estava sob a influência de Lobão, o advogado maranhense já ocupava um lugar na mesa da coletiva de imprensa organizada pelo MME, ao lado do antigo ministro, defendendo o projeto de Novo Marco Regulatório da Mineração.



**Secretário-Executivo do MME, Márcio Pereira Zimmermann, ministro Edison Lobão, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Cláudio Scliar e o consultor jurídico do MME, Mauro Henrique Moreira Sousa.
(Foto: Reprodução/Sinagências)**

Servidor de carreira do DNPM, Victor Bicca, saiu do cargo, cedido para o governo do estado de Santa Catarina entre 2003 e 2010, nos governos de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006, 2007-2010) e Eduardo Pinho Moreira (2006-2007), ambos do MDB. Bicca retornou como assessor da Diretoria-Geral do DNPM em 2011 na gestão de Edison Lobão no Ministério de Minas e Energia.

Seu irmão, João Manoel Froner Bicca (MDB-RS), foi um proeminente vereador pelo MDB em São Borja (RS). Sua mulher, Rosana Márcia Conde Bicca, foi chefe da Divisão Operacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Santa Catarina (2001/2004) e candidata a vereadora em São José (SC) em 2004, pelo MDB. Seu filho, Guilherme Conde Bicca, foi filiado ao MDB de São José (SC) e atualmente ocupa o cargo de agente administrativo na prefeitura, na região metropolitana de Florianópolis.

Quando assumiu o comando da ANM em 2018, por indicação de Leonardo Quintão (MDB-MG), a lista ventilada pela mídia de padrinhos do “ursinho de pelúcia da mineração”, como chegou a ser conhecido Victor Hugo Froner Bicca, em referência à sua popularidade entre empresários e lobistas do setor, incluía o gaúcho Eliseu Padilha, o carioca Eduardo Cunha e o pernambucano Fernando Bezerra Coelho, todos do MDB.⁷³

Por lei, a diretoria da agência deve ser sabatinada e aprovada pelo Senado. Em abril de 2022, antes de sair candidata à Presidência da República, a senadora Soraya Thronicke (União-MS), foi a relatora que aprovou a nomeação para a diretoria da Agência Nacional de Mineração a partir de 2023 de Moreira Sousa, Roger Romão Cabral e Tasso Mendonça Júnior. Este último tem ocupado cargos na ANM desde sua fundação, em 2018, quando foi nomeado por Temer para assumir uma das diretorias nacionais.

A indicação partiu de Marconi Perillo (PSDB-GO), ex-governador de Goiás investigado por sua suposta ligação com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, alvo da Operação Monte Carlo, que chegou a ser gravado pela Polícia Federal afirmando ter sido responsável pela eleição do político goiano. Na mesma operação, Carlinhos Cachoeira foi flagrado cobrando favores da Gerência Regional do DNPM em Goiás, buscando facilitar empreendimentos da construtora Delta. Tasso Mendonça Júnior ocupou cargos no governo de Perillo ligados à mineração, como o de secretário executivo do Fundo de Fomento à Mineração criado pelo tucano.⁷⁴

Quem manda na ANM?

Para entender a atualidade da pauta mineral brasileira é fundamental compreender como se deu a reestruturação do MME no governo Temer, que culminou na extinção do então Departamento Nacional de Produção Mineral e na criação da autarquia da Agência Nacional de Mineração por meio da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

O Ministério de Minas e Energia é organizado em três estruturas: autarquias, entre as quais a ANM; sociedades de economia mista, entre elas a Petrobras e a Eletrobras; e empresas públicas. No MME, além da ANM, a divisão estratégica para o setor mineral inclui a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, vinculada ao Serviço Geológico do Brasil.

A defesa da substituição do DNPM por uma agência remonta a 1998, a partir da elaboração do não-aprovado Estatuto da Mineração.⁷⁵ No Plano Nacional de Mineração (PME) 2030, foi apresentado um diagnóstico no qual a solução para os “principais problemas do atual arcabouço legal” seria a criação da ANM.⁷⁶ Para as empresas que participaram das oficinas de elaboração do PME, uma das motivações para a criação da ANM seria a possibilidade de reduzir a “ingerência política sobre o DNPM” mediante a cultura de indicação de cargos para o órgão como fonte de poder político. Essa redução nunca ocorreu.

4) CONCLUSÕES

A mineração no governo Bolsonaro avança em dois sentidos. De um lado continua atendendo os interesses do setor vinculado à mineração industrial, como a alteração na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) por meio da Lei n. 14.066/2020. Por outro lado, a novidade no período Bolsonaro é o renascimento do debate em torno do garimpo. Esse processo traz consigo retrocessos que envolvem outras pautas relacionadas, como política ambiental e desmontes no reconhecimento de direitos dos povos e comunidades tradicionais. O exemplo mais emblemático seja o marco temporal das terras indígenas, ponto adiado por tempo indeterminado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Enquanto isso, o garimpo avança em direção às terras indígenas em uma frequência devastadora. Cotidianamente são noticiadas informações relacionadas ao aumento do garimpo, à elevação do desmatamento em terras indígenas, a violência e violações sofridas pelos povos originários do Brasil. As declarações de Bolsonaro disseminando o ódio e apoiando o desmonte de diferentes políticas públicas que envolvem os povos originários são rotineiras.

A abertura das porteiras para a exploração mineral no governo Bolsonaro tem a possibilidade de se aprofundar a partir do Grupo de Trabalho estabelecido na Câmara dos Deputados para a revisão do Código de Mineração. A nova conformação do GT evidencia ainda mais quais interesses estão envolvidos em tal reformulação, não estando restrito somente a um tipo específico de exploração mineral.

REFERÊNCIAS

[1] WANDERLEY, L. J. de M. Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional. Rio de Janeiro, 2015, 302 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

[2] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

[3] DE OLHO NOS RURALISTAS. Entrevista com Luiz Jardim Wanderley. Realizada em 14.set.2022.

[4] MEMÓRIAS DA DITADURA. Sebastião Rodrigues de Moura (Major Curió). <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/major-curio/>

[5] THE INTERCEPT BRASIL. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. 05.nov.2018. <https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>

[6] BRASIL DE FATO. Os crimes cometidos por Major Curió, torturador recebido por Bolsonaro no Planalto. 05.mai.2020. <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/05/os-crimes-cometidos-por-major-curio-torturador-recebido-por-bolsonaro-no-planalto>

[7] DE OLHO NOS RURALISTAS. Ambiente S/A: como o governo Bolsonaro transformou o Ministério do Meio Ambiente em um aliado do setor privado e dos desmatadores. Agosto.2022. <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Ambiente-SA-PTBR.pdf>

[8] CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro volta a defender regularização de garimpo em terras indígenas. 18.fev.2020. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828870/bolsonaro-volta-a-defender-regularizacao-de-garimpo-em-terras-indigena.shtml

[9] SISTEMA OCB. Parlamentares incentivam coops na mineração do país. 03.set.2021. <https://ocb.ocbmt.coop.br/noticias/parlamentares-incentivam-coops-na-mineracao-do-pais/7485>

[10] REGINATTO, A. C.; WANDERLEY, L. J. Quem é quem no debate sobre terras indígenas. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2022.

[11] PODER 360. Bolsonaro visita garimpo ilegal em terra indígena de Roraima; oposição crítica. 28.out.2021. <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-visita-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-de-roraima-oposicao-critica/>

[12] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei - PL 191/2020. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>

[13] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Empresário acusado de comercializar toneladas de ouro ilegal na Amazônia é próximo da cúpula do governo Bolsonaro. 08.set.2021. <https://observatoriodamineracao.com.br/empresario-acusado-de-comercializar-toneladas-de-ouro-ilegal-na-amazonia-e-proximo-da-cupula-do-governo-bolsonaro/>

[14] REPÓRTER BRASIL. Quem está por trás do lobby pelo garimpo ilegal de ouro nas terras dos Munduruku. 13.jul.2021. <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku/>

[15] Ibid.

[16] CIMI. ATL 2022 lança carta aberta contra o PL 191, da frente parlamentar das organizações indígenas. 05.abr.2022.

<https://cimi.org.br/2022/04/alerta-congresso-atl-2022-lanca-carta-aberta-contra-o-pl-191-da-frente-parlamentar-das-organizacoes-indigenas/>

[17] UOL. Incentivo de Bolsonaro a garimpos aumentou tensão na Amazônia, diz defensor. 12.jun.2022.
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/12/incentivo-bolsonaro-garimpos-tensao-amazonia-diz-defensor.htm>

[18] REVISTA BRASIL MINERAL. Quinta rodada ofertou 4.500 áreas em disponibilidade. 05.jan.2022.
<https://brasilmineral.com.br/noticias/quinta-rodada-ofertou-4500-areas-em-disponibilidade>

[19] SUL 21. Governo Bolsonaro quer 'destravar' projetos de mineração em São José do Norte e Lavras do Sul. 19.dez.2021.
<https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2021/12/governo-bolsonaro-quer-destravar-projetos-de-mineracao-em-sao-jose-do-norte-e-lavras-do-sul/>

[20] MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Agenda de Autoridades: Agenda do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Pedro Paulo Dias Mesquita.
<https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/agendas-de-autoridades/alexandre-vidigal-de-oliveira>

[21] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Na canetada, Bolsonaro cria programa para estimular o garimpo e altera o Código de Mineração. 14.fev.2022.
<https://observatoriodamineracao.com.br/na-canetada-bolsonaro-cria-programa-para-estimular-o-garimpo-e-altera-o-codigo-de-mineracao/>

[22] BRASIL DE FATO. Mineração artesanal: decreto de Bolsonaro estimula garimpo na Amazônia para atender empresários. 14.fev.2022.
<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/14/mineracao-artesanal-decreto-de-bolsonaro-estimula-garimpo-na-amazonia-para-atender-empresarios>

[23] SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL-CPRM. Decreto flexibiliza o comércio exterior de lítio e impulsiona avanços na mineração brasileira. 08.jul.2022.
<https://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Decreto-flexibiliza-o-comercio-exterior-de-litio-e-impulsiona-avancos-na-mineracao-brasileira-7455.html>

[24] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Destruição de cavernas autorizada por Bolsonaro é parte de programa encomendado pelo setor mineral. 18.jan.2022.
<https://observatoriodamineracao.com.br/destruicao-de-cavernas-autorizada-por-bolsonaro-e-parte-de-programa-encomendado-pelo-setor-mineral/>

[25] BRASIL DE FATO. Decreto de Bolsonaro sobre cavernas favorece mineradoras e pode facilitar novas pandemias. 18.jan.2022.
<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/18/decreto-de-bolsonaro-sobre-cavernas-favorece-mineradoras-e-pode-facilitar-novas-pandemias>

[26] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Diretor da Agência Nacional de Mineração defende "guilhotina regulatória" para o setor mineral em parceria com a OCDE. 11.jun.2020.
<https://observatoriodamineracao.com.br/diretor-da-agencia-nacional-de-mineracao-defende-guilhotina-regulatoria-para-o-setor-mineral-em-parceria-com-a-ocde/>

[27] WANDERLEY, L.J.; GONÇALVES, R.J.A.F.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro in Revista da ANPEGE. v. 16. n°. 29, p. 555 - 599, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X.

[28] CARTA CAPITAL. "Interesse da Amazônia não é na porra da árvore", diz Bolsonaro. 01.out.2019.
<https://www.cartacapital.com.br/politica/interesse-da-amazonia-nao-e-na-porra-da-arvore-diz-bolsonaro/>

[29] PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Agosto.2022. <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>

- [30] O GLOBO. Mais de 20 mil garimpeiros exploram terra indígena durante pandemia do coronavírus, alerta Greenpeace. 26.jun.2020.
<https://oglobo.globo.com/brasil/mais-de-20-mil-garimpeiros-exploram-terra-indigena-durante-pandemia-do-coronavirus-alerta-greenpeace-1-24499855>
- [31] BBC. Garimpeiro ilegal mostra no YouTube fugas e dribles à fiscalização em terra yanomami. 16.mai.2022. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61431697>
- [32] INFOAMAZONIA. Raposa Serra do Sol resiste à invasão de 4 mil garimpeiros enquanto governo de Roraima aprova lei pró garimpo. 07.jul.2022.
<https://infoamazonia.org/2022/07/07/raposa-serra-do-sol-resiste-a-invasao-de-4-mil-garimpeiros-enquanto-governo-de-roraima-aprova-lei-pro-garimpo/>
- [33] FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro é criticado após visitar área de garimpo ilegal em terra indígena que prometeu anular. 28.out.2021.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-e-criticado-apos-visitar-area-de-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-que-prometeu-anular.shtml>
- [34] G1-RR. Governador de Roraima sanciona lei que proíbe destruição de equipamentos de garimpeiros. 05.jul.2022.
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/05/governador-de-roraima-sanciona-lei-que-proibe-destruicao-de-equipamentos-de-garimpeiros.ghtml>
- [35] BASTA, P.C. et al. Mercury Exposure in Munduruku Indigenous Communities from Brazilian Amazon: Methodological Background and an Overview of the Principal Results. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 9222. <https://doi.org/10.3390/ijerph18179222>
- [36] Ibid.
- [37] WWF. Observatório do Mercúrio: mapeando os impactos do garimpo de ouro na Amazônia. 2022.
<https://panda.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=e74f4fc219b3428b8e4bce4d7295f210>
- [38] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL & CSF. Calculadora de Impactos do Garimpo Ilegal de Ouro. <https://calculadora.conservation-strategy.org/#/>
- [39] CIMI. Governo federal é responsável direto pela violência contra o povo Munduruku. 27.mai.2021.
<https://cimi.org.br/2021/05/governo-federal-responsavel-direto-violencia-povo-munduruku/>
- [40] UOL. Incentivo de Bolsonaro a garimpos aumentou tensão na Amazônia, diz defensor. 12.jun.2022.
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/12/incentivo-bolsonaro-garimpos-tensao-amazonia-diz-defensor.htm>
- [41] APIB. Lideranças reúnem-se com presidente da Câmara e pedem arquivamento de projetos anti-indígenas. 09.jun.2021.
<https://apiboficial.org/2021/06/09/liderancas-reunem-com-presidente-da-camara-e-pedem-arquivamento-de-projetos-anti-indigenas/>
- [42] REGINATTO, A. C.; WANDERLEY, L. J. Quem é quem no debate sobre terras indígenas. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2022.
- [43] FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. Diretoria. <https://fpagropecuaria.org.br/diretoria/>
- [44] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Grupo de Trabalho sobre o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67). Visita Técnica – 09/09/2021. <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/62878>
- [45] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Novo Código de Mineração mira 10% do PIB e atende a pedidos de Arthur Lira e Jair Bolsonaro, assume deputado. 24.nov.2021.
<https://observatoriodamineracao.com.br/novo-codigo-de-mineracao-mira-10-do-pib-e-atende-a-pedidos-de-arthur-lira-e-jair-bolsonaro-assume-deputado/>

- [46] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Grupo de Trabalho sobre o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67). Relatórios Parciais.
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/56a-legislatura/gt-codigo-de-mineracao-decreto-lei-227-67/outros-documentos/relatorios-parciais>
- [47] O ECO. Novo Código de Mineração propõe aprovação automática de milhares de processos parados na ANM. 03.dez.2021.
<https://oeco.org.br/reportagens/novo-codigo-de-mineracao-propoe-aprovacao-automatica-de-milhares-de-processos-parados-na-anm/>
- [48] OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Após pressão e racha político, Novo Código de Mineração emperra na Câmara. 16.dez.2021.
<https://observatoriodamineracao.com.br/apos-pressao-e-racha-politico-novo-codigo-de-mineracao-emperra-na-camara/>
- [49] BRASIL DE FATO. Entenda quem é quem na "destruição" do Código de Mineração que será votada na Câmara. 07.dez.2021.
<https://www.brasildefato.com.br/2021/12/07/entenda-quem-e-quem-na-destruicao-do-codigo-de-mineracao-que-sera-votada-na-camara>
- [50] REGINATTO, A. C.; WANDERLEY, L. J. Quem é quem no debate sobre terras indígenas. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2022.
- [51] COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE A MINERAÇÃO. Dep Quintão/PMDB confessa que é financiado por mineradoras. <https://youtu.be/kxJxZ849zkc>
- [52] RÁDIO CÂMARA. Dep. Joaquim Passarinho: Deputado defende legalização da mineração para evitar atividade ilegal. 28.jun.2022.
<https://www.camara.leg.br/radio/programas/891203-dep-joaquim-passarinho-deputado-defende-legalizacao-da-mineracao-para-evitar-atividade-ilegal/>
- [53] AGÊNCIA PÚBLICA. “Vereador dos garimpeiros” abre portas no governo federal para lobby da mineração. 06.jun.2022.
<https://apublica.org/2022/06/vereador-dos-garimpeiros-abre-portas-no-governo-federal-para-lobby-da-mineracao/>
- [54] MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM). Quem é Quem nas Discussões do Novo Código da Mineração – 2014.
<https://www.mamnacional.org.br/2015/08/18/quem-e-quem-nas-discussoes-do-novo-codigo-da-mineracao-2014/>
- [55] GREENPEACE. Ituna-Itatá: uma terra indígena da Amazônia tomada por ganância e destruição.
<https://www.greenpeace.org/brasil/ituna-itata-uma-terra-indigena-da-amazonia-tomada-por-ganancia-e-destruicao/>
- [56] CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil 2020.
<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>
- [57] REPÓRTER BRASIL. ‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil. 24.jun.2021.
<https://reporterbrasil.org.br/2021/06/projeto-de-mineracao-de-bolsonaro-vai- virar-uma-confusao-diz-memoria-viva-do-garimpo-no-brasil/>
- [58] ES BRASIL. ES é responsável por 84% das exportações de rochas do país. 16.set.2021.
<https://esbrasil.com.br/es-e-responsavel-por-84-das-exportacoes-de-rochas-do-pais/>
- [59] FACEBOOK. Página de Evair Vieira de Melo. Post de 26 de janeiro de 2021.
https://web.facebook.com/evair.vieirademelo/posts/pfbid0YmPd8fRKq5AKgmj9fmNCmnRBCTbedozMDuCZL7FG7U34AWJYS47Aj9i2WSxt4zQEI?_rdc=1&_rdr
- [60] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta de Doadores e Fornecedores – Eleições 2022.
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/consulta/doadores-fornecedores/2040602022>

[61] BRASIL DE FATO. Donos de mineradoras financiaram eleição de seis deputados do GT que quer alterar Código. 11.dez.2021.
<https://www.brasildefato.com.br/2021/12/11/donos-de-mineradoras-financiaram-eleicao-de-seis-deputados-do-gt-que-quer-alterar-codigo>

[62] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento REQ 74/2019 CME.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2211772>

[63] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Indicação INC 455/2019.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198340>

[64] FOLHA DE S. PAULO. Nomeação de aliado de Aécio em MG é vista como acordo com Temer e gera revolta de servidores. 07.nov.2017.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1933523-nomeacao-de-aliado-de-aecio-em-mg-e-vista-como-acordo-com-temer-e-gera-revolta-de-servidores.shtml>

[65] O TEMPO. Nomeação de Pablito gera revolta. 07.nov.2017.
<https://www.otempo.com.br/politica/nomeacao-de-pablito-gera-revolta-1.1539734>

[66] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta de Doadores e Fornecedores – Eleições 2022.
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/consulta/doadores-fornecedores/2040602022>

[67] Ibid.

[68] ESTADO DE MINAS. Ex-ministro Bento Albuquerque chegou a ganhar R\$ 1 milhão em 2 meses. 12.ago.2022.
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/12/interna_politica,1386306/ex-ministro-bento-albuquerque-chegou-a-ganhar-r-1-milhao-em-2-meses.shtml

[69] CASTRO, J.L.L.M. Algo deve mudar para que tudo continue como está: o perfil dos diretores da ANM e da SGM no governo Bolsonaro In: Versos, 2020, v.4, n. 3.

[70] AGÊNCIA PÚBLICA. Podcast Amazônia Sem Lei: O lobby do coronel. 11.mar.2022.
<https://apublica.org/podcast/2022/03/amazonia-sem-lei/o-lobby-do-coronel/>

[71] AGÊNCIA PÚBLICA. Teia de interesses liga políticos a mineradoras em debate sobre novo Código. 03.out.2013.
<https://apublica.org/2013/10/politicos-mineradoras-debate-novo-codigo-mineracao/>

[72] DE OLHO NOS RURALISTAS. Senador do “dinheiro na cueca” assina projeto sobre linhão em terras indígenas. 03.mai.2022.
<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/05/03/senador-do-dinheiro-na-cueca-assina-projeto-sobre-linhao-em-terras-indigenas/>

[73] CASTRO, J.L.L.M. Algo deve mudar para que tudo continue como está: o perfil dos diretores da ANM e da SGM no governo Bolsonaro In: Versos, 2020, v.4, n. 3.

[74] CORREIO BRAZILIENSE. Cachoeira pediu intervenção política para favorecer Delta, dizem gravações. 09.mai.2012.
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2012/05/09/interna_politica,301483/cachoeira- pediu-intervencao-politica-para-favorecer-delta-dizem-gravacoes.shtml

[75] GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoextrativismo liberal-conservador: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

[76] MME. Plano Nacional de Mineração 2030. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.



DE OLHO NOS RURALISTAS





Observatório do agronegócio no Brasil

ISBN: 978-65-998296-2-8

CDL



9 786599 829628

-
-  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonoagro
 -  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonosruralistas